

Jane Araújo



**SOLENIDADE** Ao lado de senadores, Renan (D) inaugura programa de TV e abre trabalhos de nova subcomissão

## Renan crê em solução para dívida de municípios

"O presidente Lula disse que eu poderia anunciar que a solução (para o endividamento dos pequenos municípios com a Previdência) está por vir." A afirmação foi feita pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao participar da

abertura dos trabalhos da Subcomissão de Assuntos Municipais e da inauguração do programa *Minuto do Município*, da TV Senado. Renan disse também que até julho 3.100 câmaras municipais estarão conectadas ao programa Interlegis.

Página 5

## Plenário aprova creche gratuita

Acordo de lideranças garante a votação em dois turnos da proposta de emenda constitucional que torna obrigatória a oferta de pré-escola e creche na rede pública

### União perde posse de ilhas que são sedes de municípios

Os senadores aprovaram ontem à noite, em segundo turno, proposta de emenda à Constituição que retira da União a posse das terras de ilhas oceânicas ou costeiras que sejam sede de municípios.

### Emenda dobra o tamanho de lote para usucapião

O tamanho máximo de lote sujeito a usucapião pode ser aumentado de 250 para 500 metros quadrados. Proposta nesse sentido, beneficiando cidades com até 300 mil habitantes, foi aprovada ontem.

### Isonomia total de ICMS para papel de livro e imprensa

O Plenário aprovou projeto que disciplina a isenção total do ICMS sobre o papel destinado a livros, jornais e periódicos. Prevista na Constituição, a medida não é adotada por todos os estados.

Páginas 3 e 4

Moreira Matiz



**PAUTA** Para votar propostas em dois turnos, o Plenário realizou sessões seguidas e encerrou as atividades depois das 22h

Jane Araújo



**DIÁLOGO** Líderes e comissão que analisa MPs reúnem-se com o presidente do Senado

## Senado considera indispensável alternância no ingresso das MPs

O Senado está muito próximo do consenso sobre o rito de tramitação das medidas provisórias, segundo anunciou ontem o líder do governo,

Aloizio Mercadante. Ele observou que os senadores esperam que as MPs ingressem alternadamente pela Câmara e pelo Senado.

Página 4

Roosevelt Pinheiro



**ELOGIO** Para Osmar Dias, a empresa contribuiu na geração de riquezas e é um orgulho para o Brasil

## Osmar Dias comemora os 32 anos da Embrapa

O senador Osmar Dias (PDT-PR) saudou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) pela passagem de seu 32º aniversário, comemorado ontem. O parlamentar salientou que a empresa é “um orgulho para todo o país”.

– Nesses 32 anos, a Embrapa multiplicou riquezas Brasil afora, independentemente do governo que a liderava.

Osmar lembrou que o Brasil hoje planta cerca de 45 milhões de hectares, a produção agrícola quadruplicou e a produção de carnes, somando aves, suínos e bovinos, é hoje seis vezes maior que há 32 anos.

Mas a maior conquista da Embrapa, para o parlamentar, foi o avanço da agricultura no cerrado, com a incorporação de quase 100 milhões de hectares, sem destruir o meio ambiente. O senador afirmou que a Embrapa merece maior atenção por parte do governo.

– Os pesquisadores poderiam receber três vezes mais, mas permanecem na empresa pela vocação de cientistas – opinou.

Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) se associou à homenagem à Embrapa.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

# Agenda

## Na pauta do Plenário, vigência do Fundef e plano de cultura

Na pauta da sessão de hoje, com início às 14h, a votação, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) 29/02, que amplia a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef);

a segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC 57/03, que institui o Plano Nacional de Cultura; e a quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 43/00, que define a titularidade das águas subterrâneas, entre outras propostas.

## Renan participa de reunião na CCJ e recebe lideranças

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa de reunião da Comissão de Justiça (CCJ) às 10h; às 11h, recebe o deputado Raul

Jungmann; às 12h, o presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, Robson Braga de Andrade; às 13h, almoça com a bancada do

seu partido; e, às 15h30, recebe o presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, Luiz Otávio Gomes.

## Situação da agropecuária em debate

Os problemas enfrentados pelo setor agropecuário brasileiro e a aplicação dos recursos destinados ao Ministério da Agricultura serão discutidos na reunião de hoje da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), às 9h. O encontro conta com a presença de representante do Fórum Nacional dos Secretários de Agricultura, além de deputados de comissões temáticas da Câmara.



## Limites para aposentadoria e nomeação de magistrados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) discute a proposta que aumenta os limites de idade para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos e para a nomeação de magistrados, a partir das 10h. Serão ouvidos os ministros da Defesa, José Alencar, das



Relações Exteriores, Celso Amorim (foto), e do Planejamento, Paulo Bernardo, além do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim. Os parlamentares votam ainda proposta que trata da convocação de plebiscito, para outubro de 2005 (PDL 1.494/04).



## CPI da Terra toma depoimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra ouve hoje, a partir das 14h, os depoimentos do tenente-coronel da Polícia Militar do estado do Paraná Valdir Copeti Neves; do delegado da Polícia Federal da Superintendência Regional do estado do Paraná, Fernando Destito Francischini; e do secretário de Segurança Pública do estado do Paraná, Luiz Fernando Ferreira Delazari.

## Questão indígena

Amanhã, às 10h, a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa continua o debate sobre a desnutrição de crianças indígenas em municípios de Mato Grosso do Sul. Entre os convidados, o representante do Conselho Indigenista Missionário de Mato Grosso do Sul, Egon Heck.

## Audiência sobre saúde

Na quinta, às 11h, o ministro da Saúde, Humberto Costa, retorna à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para discutir temas como a crise no abastecimento de medicamentos contra a Aids e na área de saúde no Rio de Janeiro, e regras para ingresso e permanência de pacientes em UTIs.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

Roosevelt Pinheiro



**APOIO** Aelton quer medidas práticas, como subsídios para reduzir o preço de remédios de uso contínuo

## Aelton defende política que proteja a renda dos idosos

O senador Aelton Freitas (PL-MG) defendeu a ampliação dos “esforços em torno de políticas públicas de assistência aos idosos”. Ele citou pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) segundo a qual a inflação acumulada entre 1994 e 2004 para a população da terceira idade ficou quase 50 pontos percentuais acima da incidente sobre o restante da população. Aelton anunciou que a Subcomissão Permanente do Idoso será reinstalada.

O senador informou que, segundo a FGV, o Índice de Preços ao Consumidor registrou alta de 176,5% entre 1994 e 2004, enquanto o Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade apontou aumento de 226,1%.

– A aprovação do Estatuto do Idoso, projeto histórico do senador Paulo Paim, foi uma conquista significativa, mas será preciso mais para amenizar o impacto dos preços sobre a renda dos idosos – declarou.

Aelton ressaltou a necessidade de providências práticas, como políticas de subsídios para baratear o preço de remédios de uso contínuo. O senador anunciou a reinstalação da Subcomissão Permanente do Idoso, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para “estimular, por meio de debates e audiências públicas, a mobilização de entidades representativas dos idosos”.

### Vacinação

Aelton também fez um apelo aos brasileiros com mais de 60 anos, para que procurem, até o dia 6 de maio, um dos postos credenciados da campanha anual de vacinação antigripe do Ministério da Saúde.

– As doses são gratuitas e quem tiver mais de 60 anos poderá receber ainda medicações contra pneumonia, difteria, tétano e febre amarela – disse.

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Niemeyer, patrono da arquitetura

O Senado Federal aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 61/04) que declara o arquiteto Oscar Niemeyer o Patrono da Arquitetura Brasileira. A matéria, de autoria da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), foi relatada pelo senador Marco Maciel (PFL-PE) na Comissão de Educação, que se manifestou pela sua aprovação. O projeto vai à sanção presidencial.

Marco Maciel ressaltou que a proposta de Erundina homenageia o arquiteto em razão de sua relevante contribuição para a renovação dos padrões arquitetônicos modernos, um feito reconhecido não apenas no Brasil, mas em diversas partes do planeta.

O senador acrescentou que não apenas Brasília, sua mais visível obra, mas inúmeros projetos seus entraram para a história da arquitetura.

## Acordo BB/Previ será investigado

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai inspecionar e fiscalizar, em caráter de urgência, acordo firmado entre o Banco do Brasil e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), em dezembro de 1977, envolvendo recursos da ordem de R\$ 11,900 milhões. O requerimento, de autoria da senadora Heloisa Helena (PSOL-AL), foi aprovado por voto simbólico, em Plenário, na sessão de ontem.

A votação do requerimento gerou discussão em Plenário, já que a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) queria votar a matéria somente depois da prestação de informações sobre o assunto por parte do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Após ponderações de outros senadores como Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Romeu Tuma (PFL-SP), Ideli resolveu retirar de pauta a sua proposição.

## Voto de pesar por Paulo Kobayashi

O Plenário do Senado Federal aprovou voto de pesar pela morte do deputado federal Paulo Kobayashi (PSDB-SP), ocorrida na noite de ontem. Serão apresentadas condolências à família e ao estado de São Paulo e uma delegação oficial representará a Casa no funeral do parlamentar, vítima de complicações devido a um câncer.

O voto de pesar foi apresentado por Ney Suassuna (PMDB-PB), Aloizio Mercadante (PT-SP), Ideli Salvatti (PT-SC), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Demostenes Torres (PFL-GO), Romeu Tuma (PFL-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP). O presidente do Senado, Renan Calheiros, também lamentou a morte do parlamentar.

# Governo deverá oferecer creche e pré-escola grátis

■ Emenda que modifica artigo 208 da Constituição federal foi aprovada em Plenário, por unanimidade

Por unanimidade, o Senado aprovou ontem, em dois turnos, a proposta de emenda constitucional que torna obrigatória e gratuita a oferta de creche e pré-escola para crianças de zero a seis anos. A PEC 40/00, da senadora Heloisa Helena (PSOL-AL), que teve relatório favorável do senador Tião Viana (PT-AC), modifica o artigo 208 da Constituição federal que estabelece como dever do Estado fornecer creche e pré-escola para crianças dessa faixa etária. A proposição da senadora torna essa oferta "obrigatória e gratuita".

Um acordo de lideranças garantiu a votação da matéria em



**DIREITO** Proposta de Heloisa Helena visa garantir acesso a creches para crianças de zero a seis anos

dois turnos. Foram convocadas três sessões extraordinárias para o cumprimento dos prazos regimentais necessários para a PEC ser apreciada em segundo turno. A proposta segue agora para a Câmara.

Na semana passada, quando a PEC foi discutida em Plenário, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) apresentou emenda estipulando um prazo para que

## Senadores elogiam iniciativa de Heloisa

Todos os senadores que participaram do debate que antecedeu a votação da PEC 40/00 posicionaram-se a favor da iniciativa de Heloisa Helena. Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP) se emocionaram durante suas intervenções. Mercadante elogiou a proposta e defendeu a dotação de recursos e o aparelhamento das creches. Já Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que, no Brasil, a oferta de creche gratuita é a garantia de alimentação para as crianças.

Os senadores José Jorge (PFL-PE), Marcelo Crivella (PL-RJ) e

Lúcia Vânia (PSDB-GO) também elogiaram a proposta. Para Cristovam Buarque (PT-DF), votar matérias como a que obriga a oferta de pré-escolas gratuitas justifica o fato de ele ter assumido a função de senador.

Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) e Jefferson Péres (PDT-AM) também se posicionaram a favor da PEC. A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) considerou brilhante a iniciativa e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) aplaudiu o esforço de Heloisa. Mesmo manifestando seu apoio, Marco Maciel (PFL-PE)

a obrigatoriedade se tornasse lei. Sua preocupação era com o impacto econômico, caso a medida fosse implantada imediatamente. Por um lapso, a Mesa acatou a emenda sem o número mínimo de assinaturas (28). O senador escolhido para relatar a emenda de Mercadante na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes Torres (PFL-GO), observou que duas assinaturas estavam em duplicidade.

Os líderes, porém, chegaram a um acordo na CCJ para que a emenda fosse apreciada pelo Plenário. Demostenes apresentou uma proposta alternativa, com a concordância de Heloisa e Mercadante, e com o apoio dos líderes, mantendo a proposta da senadora alagoana e, ao mesmo tempo, contemplando o que pretendia o líder do governo. O Plano Nacional de Educação determinará como a medida será implantada.

disse que a medida poderia ter tramitado na forma de lei ordinária ou complementar.

Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Amir Lando (PMDB-RO) e Flávio Arns (PT-PR) destacaram aspectos para a implementação das creches.

Também os senadores Mão Santa (PMDB-PI), Almeida Lima (PSDB-SE) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) elogiaram a proposta.

Heloisa agradeceu a todos e, em especial, ao relator da matéria, Tião Viana, e aos senadores Cristovam, Lúcia Vânia, Patrícia e Demostenes Torres.



**LIMITES** Sérgio Cabral explica que nas pequenas cidades os terrenos são maiores que nas metrópoles

de seus proprietários, lote de até 250 metros quadrados, utilizando-o para sua moradia ou de sua família. Atendidas as exigências, a pessoa receberá o domínio do terreno, desde que não possua outro imóvel, seja na cidade ou no meio rural.

## União perde posse de terras em ilhas

O Plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade, em segundo turno, proposta de emenda à Constituição (PEC 15/04) que tira da União a posse das terras das ilhas oceânicas ou costeiras que sejam sedes de municípios. Com isso, os atuais ocupantes poderão se tornar seus proprietários, deixando de pagar taxas de ocupação ao Patrimônio da União. A emenda será promulgada em breve pelas Mesas do Senado e da Câmara.

A mudança constitucional foi aplaudida em vários discursos, especialmente pelos senadores de Santa Catarina, Maranhão e Espírito Santo, cujas capitais (Florianópolis, São Luís e Vitória) se localizam em ilhas marítimas. Manifestaram-se os senadores Gérson Camata (PMDB-ES), Ideli Salvatti (PT-SC), Edison Lobão (PFL-MA), Jorge Bornhausen (PFL-SC), João Batista da Motta (PMDB-ES), Francisco Pereira (PL-ES), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Delcídio Amaral (PT-MS) e Sibá Machado (PT-AC).

O projeto foi apresentado à Câmara em 1998 pelo deputado Edison Andrino. No Senado houve ampla discussão e o governo chegou a pedir mais tempo para análise da matéria de suas implicações. Depois de muita negociação, o governo acabou por concordar com sua aprovação, sem mudanças.

## Adiada PEC dos funcionários de RO

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Delcídio Amaral (PT-MS) que adia para o dia 2 de junho a votação da proposta de emenda à Constituição que inclui servidores públicos rondonienses, contratados nos dez primeiros anos de constituição do estado de Rondônia, nos quadros funcionais da União. A PEC 87/03, cuja primeira signatária é a senadora Fátima Cleide (PT-RO), estava na quinta e última sessão de discussão.

Vários senadores se manifestaram com relação ao adiamento da votação da matéria. A bancada de Rondônia, integrada pela própria Fátima Cleide e pelos senadores Amir Lando (PMDB) e Valdir Raupp (PMDB), defendeu a apreciação imediata da matéria.

Em nome do PSDB, PFL e PSOL, os senadores Arthur Virgílio (AM), Demostenes Torres (GO) e Heloisa Helena (AL), respectivamente, também se manifestaram contrários ao adiamento.

## Senado dobra tamanho de lote urbano sujeito a usucapião

Proposta de emenda à Constituição que aumenta de 250 para 500 metros quadrados o tamanho máximo dos lotes sujeitos a usucapião nas cidades de até 300 mil habitantes foi aprovada ontem pelo Plenário. O resultado da votação foi de 62 votos a favor e nenhum contra. O autor do projeto (PEC 9/03), senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), ponderou que nas cidades menores geralmente os lotes são maiores e isso vinha impedindo a transferência do terreno aos seus ocupantes.

– Essa emenda é importantíssima para nossas cidades menores e foi um pedido de vereadores e prefeitos.

O projeto foi enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes de sua apresentação em Plenário para a votação de segundo turno. A matéria ainda dependerá de duas votações na Câmara.

A Constituição define que só terá direito a usucapião de lote urbano a pessoa que ocupar por cinco anos, de forma ininterrupta e sem oposição

## Normas sobre indicações para conselhos

O Senado aprovou ontem projeto de resolução apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que estabelece normas para a aprovação de indicados para compor os conselhos Nacional de Justiça e Nacional do Ministério Público. Cabe ao Senado acolher as indicações, por maioria absoluta, conforme a Emenda Constitucional 45, que criou as duas instituições.

O projeto (PRS 12/05) determina que, após a sabatina dos indicados, haverá a apreciação do relatório, em sessão pública da CCJ. A votação será secreta. Aprovado ou rejeitado na CCJ, o nome será submetido ao Plenário. Se rejeitado, o autor da indicação terá 15 dias para encaminhar novo nome.

Além do currículo do indicado, as normas aprovadas prevêem o envio aos senadores de declaração informando se é cônjuge ou parente, até terceiro grau, de membro ou servidor do Poder Judiciário ou de instituição responsável por sua indicação ou de membro do Poder Legislativo.

## Plenário acolhe isenção total do ICMS para livros

Foi acolhido ontem pelo Plenário projeto de lei de autoria do senador licenciado e ministro da Previdência Social, Romero Jucá, que dá isenção total do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao papel de imprensa, livros, jornais e periódicos. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que o projeto (PLS 247/04 – complementar) foi encaminhado como uma antecipação da reforma tributária, que está parada na Câmara dos Deputados.

De acordo com Mercadante, embora a Constituição proíba instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e papel destinado a sua impressão, essa isenção fiscal não é totalmente respeitada. Para que isso ocorresse, os produtores dessas mercadorias não poderiam ser taxados em razão das operações de entrada de todos os insumos para sua produção e de bens do ativo fixo. Atualmente a isenção alcança apenas o valor agregado final dos produtos, explicou o senador.



**DIÁLOGO** Líderes partidários debatem com Renan (C) novas regras para exame de medidas provisórias

# Senado quer alternar o ingresso de MPs

**■ Mercadante anuncia que está próximo consenso na Casa sobre rito de tramitação**

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reuniu-se na manhã de ontem com os líderes partidários e com a comissão mista encarregada de modificar o rito de tramitação das medidas provisórias. À saída do encontro, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou que a Casa considera indispensável que as medidas provisórias (MPs) ingressem alternadamente pela Câmara e pelo Senado.

– No Senado, estamos muito próximos de um consenso sobre o rito de tramitação das medidas provisórias. Mas há o entendimento de que é indis-

pensável que haja alternância no ingresso das MPs. Porque a admissibilidade passaria a ser analisada e decidida apenas pela Casa em que a MP ingressa.

Presidente da comissão que estuda mudanças na tramitação das MPs, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) saiu da reunião dizendo que o presidente do Senado ampliou em mais sete dias o prazo, inicialmente fixado para ontem, para que se chegue a um acordo que solucione a questão das MPs.

### Aceitação

Antonio Carlos se disse disposto a abrir mão de sua idéia de que a MP só deve produzir efeito se reconhecida sua urgência e relevância pelo Legislativo, desde que a Câmara aceite a idéia, consensual no Senado, de que a MP deve ingressar, alternadamente, pelas duas Casas do Parlamento.

De acordo com Mercadante, o Senado está trabalhando pelo consenso, mas tem informações de que a Câmara dificultará o entendimento quanto a essa alternância.

Ainda de acordo com o relato de Mercadante, há consenso no Senado sobre a fixação de prazos para a tramitação das medidas provisórias.

– Serão 60 dias na Câmara, 45 dias no Senado e 15 dias na Casa revisora. A Comissão de Constituição e Justiça daria o parecer de constitucionalidade, urgência e relevância. Quando não houver urgência nem relevância, a MP tramitaria como projeto de lei. A comissão de mérito daria parecer de mérito. Com dois terços do prazo sem exame, a MP passaria a trancar a pauta. Com isso, as duas Casas teriam tempo para refletir e negociar – afirmou o líder do governo no Senado.

## Simon afirma que excesso de medidas desmoraliza Congresso

Ao elogiar a iniciativa do presidente do Senado, Renan Calheiros, que apresentou na semana passada uma pilha de projetos parados pelo excesso de medidas provisórias, Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a Casa não pode ficar omissa neste momento. Simon frisou que a atitude de Renan repercutiu positivamente na opinião pública.

Simon defendeu a aprovação da proposta que determina que uma MP passe a vigorar só depois de a Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

nia (CCJ) aprovar sua urgência, relevância e constitucionalidade. A proposta está em exame na comissão mista encarregada de modificar o rito de tramitação das medidas provisórias. O senador considera, no entanto, que o ideal é que o Congresso passasse a rejeitar algumas medidas provisórias para demonstrar sua força ao governo.

Simon disse que o Poder Legislativo vem sendo desmoralizado com a banalização das medidas provisórias. Acrescentou que o Legislativo, hoje, não



**POSTURA** Simon defende rejeição de algumas MPs para que o Congresso demonstre força ao governo

legisla e também não fiscaliza, já que não se permite a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito quando as lideranças não indicam os participantes.

## Pernambuco terá US\$ 31,5 milhões para educação

Em regime de urgência, o Plenário aprovou o Projeto de Resolução 15/05, que autoriza o governo de Pernambuco a contrair, com aval da União, empréstimo de US\$ 31,5 milhões do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O empréstimo, direcionado à educação, já tinha sido aprovado por unanimidade, pela manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Marco Maciel (PFL-PE) apelou pela aprovação do empréstimo e salientou que os recursos são destinados à melhoria da qualidade do ensino.

– A educação, um setor estratégico de desenvolvimento, é a questão mais importante com que se defronta o país – disse.

O parlamentar registrou também o empenho do governador do estado, Jarbas Vasconcelos, e do secretário da Fazenda, Mozart Neves Ramos, para a obtenção dos recursos. Marco Maciel sublinhou ainda que os senadores pernambucanos José Jorge (PFL) e Sérgio Guerra (PSDB) apoiaram o projeto.

## Aprovado aumento a servidor do TCU

O aumento de 15% para os funcionários do Tribunal de Contas da União (TCU) foi aprovado ontem pelo Senado. O projeto (PLC 18/05), de iniciativa do próprio TCU, tem efeito retroativo a janeiro, e contou com o parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP). A aprovação foi aplaudida por servidores do órgão, que acompanharam a votação nas galerias do Plenário.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), sublinhou que, caso o aumento aos funcionários do TCU signifique um “aporte orçamentário”, o governo vetará o projeto. Mercadante salientou que os funcionários tiveram aumento em agosto passado.

Ney Suassuna (PMDB-PB) solicitou a retirada de emenda de sua autoria, que provocaria o retorno da matéria à Câmara. Heloísa Helena (PSOL-AL) manifestou-se a favor do aumento. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apoiou a decisão, mas afirmou que os servidores do Legislativo são privilegiados em comparação com os demais.

# Renan: Lula resolverá problema municipal

## Senador confia em solução para endividamento dos municípios com a Previdência

Ao participar da solenidade de abertura dos trabalhos da Subcomissão de Assuntos Municipais e da inauguração do programa *Minuto do Município*, da TV Senado, o presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que encontrará uma solução para o grave problema do endividamento municipal

com a Previdência Social.

– É inadmissível hoje a relação dos pequenos municípios com a Previdência Social – disse Renan, ressaltando que quase 3 mil municípios não estão conseguindo pagar suas contas com a Previdência.

Renan informou que na última sexta-feira conversou com Lula e apresentou um pedido do Senado no sentido de rediscutir o critério de negociação dessas dívidas, a fim de que os municípios não continuem impedidos de receber recursos federais e estaduais.

– O presidente disse que eu poderia anunciar que a solução está por vir – afirmou.

Para Renan, a solução é fácil. Basta que haja um prazo para que os municípios possam pagar suas dívidas e que elas sejam descontadas do próprio Fundo de Participação dos Municípios (FPM), desde que isso seja possível, dentro dos seus orçamentos.

Destacando a importância da subcomissão instalada ontem, o presidente do Senado lembrou afirmação de Celso Furtado de que somente há crescimento sustentado quando a expansão ocorre no país inteiro.

Conforme Renan, os governos vêm nos últimos anos driblando a orientação consti-

tucional e aumentando unilateralmente a arrecadação por intermédio das contribuições sociais. Ele disse que esse expediente “põe fermento no bolo, mas não o distribui aos estados e municípios”.

Para o presidente do Senado, uma boa forma de compensar tal distorção é patrocinar, como já fez o Senado, o aumento de 22% para 23% na parcela da arrecadação do Imposto de Renda destinada ao FPM.

– Penso que devemos aproveitar o consenso e aprovar logo essa mudança na Câmara.

### Interlegis

O presidente do Senado anunciou, durante a soleni-

dade, que, até o final de julho, 3.100 câmaras de vereadores estarão conectadas ao programa Interlegis e, com isso, poderão participar de videoconferências e treinamentos para modernizar ainda mais o processo legislativo.

Conforme Renan, o Interlegis, dirigido atualmente pelo senador Efraim Morais (PFL-PB), é resultado de acordo entre o Senado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento e deve se transformar em uma grande rede interligando todos os parlamentos brasileiros. A instituição já firmou convênios com 3.744 das 5.560 câmaras de vereadores do Brasil.

Gerardo Magela



**PERDA** Segundo Mão Santa, municípios recebem menos do que deveriam

## Mão Santa: municípios exigem mais

Mão Santa (PMDB-PI) pediu o cumprimento da Constituição, que determina a destinação aos municípios de 21,5% do total arrecadado em impostos no país. Segundo ele, os municípios vêm recebendo apenas 14,5%.

O senador acrescentou que, além da diminuição do percentual, o país ganhou mais de mil municípios. Exemplificou que, quando assumiu o governo do Piauí, o estado tinha 145 prefeituras, contra as 222 atuais. Mão Santa qualificou como “encenação dos governistas” a instalação da Subcomissão de Assuntos Municipais.

Mão Santa criticou o governo por não fomentar o incremento da poupança nacional. Defendeu também um maior equilíbrio entre os três Poderes, já que hoje o Executivo legisla mais que o Legislativo.

Em aparte, Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que, no atual governo, “a chulice vence a esperança”.

Jane Araújo



**EXPECTATIVA** Renan Calheiros (C) cumprimenta o presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais, Garibaldi Alves Filho

## Garibaldi afirma que é preciso enfrentar crise com mobilização

Ao ser eleito presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) informou que o colegiado se dedicará ao debate das causas do empobrecimento dos municípios. A subcomissão é vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

– A crise dos municípios brasileiros não vem de hoje. É preciso enfrentá-la com coragem, obstinação e mobilização de todos.

A subcomissão, que terá como vice-presidente Heráclito Fortes (PFL-PI), será composta de nove membros titulares e nove suplentes. De acordo com o presidente da CAE, Luiz Otávio (PMDB-PA), a subcomissão vai prestigiar a posição dos municípios no pacto federativo.

Já Heráclito Fortes disse que o novo colegiado servirá para combater a atuação de escritórios de intermediação de verbas federais.

Para Ney Suassuna (PMDB-PB), a Constituição de 88 estipulou novas atribuições aos municípios, mas falhou por não definir o respaldo financeiro necessário a essas ações.

Ana Júlia Carepa (PT-PA) acredita que a subcomissão irá ajudar os prefeitos a trabalhar com pequenos orçamentos. Serys Shhessarenko (PT-MT) disse que a subcomissão vai ajudar prefeitos e vereadores a definir políticas para melhorar a qualidade de vida da população.

Para Edison Lobão (PFL-MA), a criação da subcomissão beneficiará os municípios. Pedro Simon (PMDB-RS) observou que o Senado ainda não dispunha de um instrumento que se dedicasse exclusivamente ao municipalismo. César Borges (PFL-BA) lamentou a falta de sensibilidade do governo federal. Alvaro Dias (PSDB-PR) sugeriu que o colegiado discuta logo o endividamento dos municípios.

## Programa servirá para valorizar as cidades

O programa *Minuto do Município* foi criado com a perspectiva de valorizar e resgatar o papel dos municípios brasileiros no âmbito do pacto federativo. O programa, a ser transmitido pela TV Senado, consistirá na inclusão diária de mensagens de interesse da cidadania na programação da emissora. Também serão abordados assuntos cuja temática influa decisivamente na vida das cidades, dos administradores e da população.

Temas como direitos do consumidor, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Plano Diretor Municipal serão apresentados em linguagem acessível ao telespectador. Cada programa contará, ainda, com a participação de um senador ou senadora, que fará um comentário final sobre o tema abordado.

Roosevelt Pinheiro



**APLAUSO** Ney Suassuna exalta programa de TV e nova subcomissão

## Suassuna elogia ações do Senado

Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou, em Plenário, duas ações do Senado destinadas a promover os municípios brasileiros. A primeira foi a instalação, pela manhã, de uma subcomissão permanente encarregada de analisar a situação desses entes da Federação. A segunda foi a criação do programa *Minuto do Município*, a ser exibido pela TV Senado.

Segundo o parlamentar, o Senado “está de parabéns” por reparar uma injustiça que remonta à elaboração da Constituição de 1988, em razão da qual os municípios foram prejudicados na repartição dos recursos arrecadados por meio de impostos.

Suassuna lembrou que é presidente da Frente Parlamentar Pró-Municípios e que tem participado de todas as marchas de prefeitos para reivindicar mais recursos. Além disso, tem acompanhado a votação de projetos de interesse municipal.



**EFICIÊNCIA** Delcídio Amaral também exalta a competência da ministra Dilma Rousseff

## Delcídio destaca realizações do governo no setor energético

Líder do PT no Senado, Delcídio Amaral (MS) fez um balanço das principais realizações do Ministério de Minas e Energia no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Delcídio exaltou a competência da ministra Dilma Rousseff, que teria se empenhado em criar “um ambiente de harmonia e estabilidade regulatória” no setor energético.

Conforme o senador, o Brasil aumentou sua capacidade de geração de energia em 8.307 megawatts entre 2003 e 2004. Esse crescimento foi possível com a entrada em operação ou a ampliação de 86 empreendimentos, incluindo hidrelétricas, termelétricas, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e projetos de biomassa. Ele anun-

ciou ainda que, em 2005, mais 12 empreendimentos, capazes de gerar quase 3 mil megawatts, devem ser ativados.

Delcídio avalia que a ampliação da rede básica de transmissão, hoje superior a 82 mil quilômetros de extensão, é fundamental para evitar sobressaltos no abastecimento de energia do país.

Em apartes, os senadores petistas Paulo Paim (RS) e Flávio Arns (PR) destacaram a competência de Dilma Rousseff no comando do Ministério de Minas e Energia. Delcídio agradeceu os comentários e afirmou que críticas pontuais à atuação do ministério não devem prejudicar o trabalho que a ministra vem desenvolvendo.

## Virgílio acusa José Dirceu de querer calar a oposição

■ Senador responsabiliza o ministro por requerimento sobre uso de avião da FAB no governo passado

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), acusou o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, de ser o responsável por requerimento apresentado na Câmara pelo deputado Ricardo Zarattini Filho (PT-SP). No documento, o parlamentar pede informações sobre o uso de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) por Virgílio na época em que ocupava a mesma função que José Dirceu exerce hoje na Presidência da República.

Virgílio disse que, pedindo às autoridades competentes que atendam o deputado com rapidez, aproveitou a mesma redação e enviou à Mesa 35 requerimentos ao Ministério



**IDEAL** Arthur Virgílio: “Eu prefiro o Zé Dirceu descrito pela Rita Lee, aquele que queria um mundo melhor”

da Defesa sobre as viagens realizadas por outros ministros do atual governo nas quais teriam sido usados aviões da FAB.

Ao se dirigir a Zarattini, presente no Plenário, Virgílio afirmou que o respeitava por ter um passado de lutas contra a ditadura, inclusive tendo sido torturado. O senador assinalou, no entanto, que só vai respeitar

José Dirceu quando este explicar suas relações com Waldomiro Diniz, acusado de praticar corrupção; quando não colocar mais entraves à instalação das comissões parlamentares de inquérito; e quando esclarecer as relações financeiras do Partido dos Trabalhadores com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

Arthur Virgílio citou a cantora Rita Lee que disse não reconhecer mais o José Dirceu dos anos 60, quando usava cabelo comprido, “dava um tapinha” e tinha sonhos.

– Eu ainda prefiro o Zé Dirceu descrito pela Rita Lee, aquele que dava um tapinha e fingia que queria um mundo melhor, a este Zé Dirceu de hoje, que não tem coragem de enfrentar os seus adversários e que imagina, coitado, que vai silenciar quem tem o dever de fazer oposição – concluiu Arthur Virgílio.

## Mercadante pede ponderação nas críticas

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) pediu a Arthur Virgílio que pondere suas críticas ao ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu. Minutos antes, o senador pelo Amazonas chamou José Dirceu de “hipócrita” e o considerou mentor de um requerimento assinado pelo deputado Ricardo Zarattini, por

meio do qual foram solicitadas informações sobre o uso irregular de aviões da FAB por Virgílio, à época do governo Fernando Henrique Cardoso.

Mercadante disse que José Dirceu tem um passado de lutas e de coragem política e pediu que as divergências entre governo e oposição sejam tratadas apenas no plano político.

– Ninguém quer calar a oposição, principalmente em um Plenário como este. O país vive ampla liberdade de manifestação. Mas um ataque dessa natureza não é um bom caminho para a política. É preciso que retomemos o clima de uma agenda positiva para o país e discutamos o mérito dos projetos – afirmou.



**ENGANO** Governo vive “um falso marketing” para encobrir promessas não cumpridas, afirma José Jorge

## Para José Jorge, Lula se afastou da realidade do país

O senador José Jorge (PFL-PE) rebateu ontem a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o comodismo da sociedade é responsável pelos aumentos da taxa de juros. José Jorge usou a mesma expressão utilizada por Lula para manifestar a sua indignação com a forma como o presidente se dirigiu aos brasileiros.

– O povo brasileiro vai levantar o traseiro da cadeira em outubro de 2006 para livrar-se da enganação construída pelo marketing político em que se transformou seu governo – opinou o senador.

Na lógica do presidente da República, disse José Jorge, o governo federal não tem nenhuma responsabilidade pela redução dos juros. Na avaliação do parlamentar, ao afirmar que as pessoas “não tiram o traseiro da cadeira” para mudar de banco e tentar obter juros menores, Lula demonstra que está cada vez mais distanciado da realidade do país.

– O Brasil de Lula é outro. É um Brasil que anda de aviões modernos, participa de banquetes com poderosos. A Presidência mudou a vida de Lula, que agora tenta nos convencer, por meio de marketing, que nossa vida também mudou – analisou.

Segundo o senador, o governo “vive de falso marketing” para encobrir promessas eleitorais ainda não cumpridas.

## Pedido de voto de censura ao presidente

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou requerimento propondo a aprovação de voto de censura ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por suas declarações sobre o comportamento dos brasileiros em relação aos bancos. O parlamentar considerou a declaração do presidente “destemperada, descortês, indelicada, chula e de mau tom”.

– Peço licença para usar o mesmo termo do presidente:

Lula é o responsável pelo mau uso de seu traseiro, porque não senta para trabalhar – criticou.

De acordo com o senador, o presidente está mal-informado no tocante à política de juros dos bancos brasileiros. Virgílio acredita que, mesmo que os consumidores resolvessem trocar de banco, dificilmente encontrariam taxas menores.

O parlamentar disse temer que as declarações de Lula levem o povo a “se afundar ainda mais em empréstimos”.

## Comissão discute resultados de fiscalização em prefeituras

Por requerimento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem audiência com o ministro da Controladoria Geral, Waldir Pires, sobre os resultados do programa de

fiscalização das prefeituras. A comissão quer saber quais são as irregularidades mais frequentes.

A CMA acolheu ainda a realização de audiência pública para instruir a votação do Projeto 216/03, que trata da contrapartida ambiental para

fabricantes e importadores de pneus. A reunião será em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Também foi acolhido requerimento de Valdir Raupp (PMDB-RO) para reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre a fiscalização

de recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) do setor elétrico.

A comissão debaterá ainda a legalidade do aumento de preço do aço nos contratos de siderúrgicas brasileiras no mercado internacional, a pedido de Augusto Botelho (PDT-RR).



**AUDIÊNCIA** Requerimento de Ideli prevê debate com o ministro da Controladoria Geral, Waldir Pires



**PERDAS** Buracos em estradas federais causam prejuízos de R\$ 6 bi ao ano, diz Hélio Costa

## Hélio Costa pede verbas para estradas

Após fazer um relato sobre a precariedade das estradas federais em Minas Gerais, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) apelou pela liberação de verbas para recuperação da malha rodoviária no estado. O peemedebista cobrou a aplicação de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), incidente sobre combustíveis e criada para essa finalidade, e disse que R\$ 2 bilhões bastariam para consertar todas as rodovias federais.

O parlamentar informou que a burocracia nas estradas federais gera prejuízos anuais de R\$ 6 bilhões. Ele acredita no empenho do Ministério dos Transportes para executar as obras e na existência de recursos para a recuperação. O que falta, na sua opinião, é a liberação do dinheiro oriundo da Cide.

### Rodovia da Morte

Hélio Costa lamentou a projeção de quatro anos para duplicação da BR-381, nos trechos que ligam Belo Horizonte a São Paulo e ao Vale do Aço, em Minas. Conhecida como "Rodovia da Morte", essa estrada costuma registrar acidentes fatais todo fim de semana, disse o parlamentar, citando o ocorrido no último sábado, em João Monlevade (MG), que deixou dez mortos e 24 feridos.

Conforme Hélio Costa, os acidentes de trânsito são o segundo maior problema de saúde pública do país, que registra 10% das mortes por acidentes rodoviários no mundo, cujos números chegam a 45 mil por ano.

# ACM critica patrocínio do governo a encontro gay

■ Senador diz que verba saiu do Fundo de Combate à Pobreza, fato que configura desvio de finalidade dos recursos

Com uma página do jornal *O Globo* de domingo nas mãos, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) protestou da tribuna contra desvios de dinheiro do Fundo de Combate à Pobreza nos últimos quatro anos, conforme denunciou o diário carioca.

– Usaram dinheiro do Fundo da Pobreza para pagar até encontro gay. Usaram o dinheiro que seria



**RESPONSÁVEL** Antonio Carlos solicita a líderes nome de quem autorizou verba

para os pobres no pagamento de diárias de funcionários em viagem. A reportagem diz mais: o dinheiro do fundo que não foi usado formou o superávit primário das contas

públicas – lamentou.

Autor da emenda constitucional que criou o fundo, Antonio Carlos disse esperar dos líderes do governo a informação de "quem é o homem forte dos gays" no governo, "no Palácio do Planalto ou no Ministério", que conseguiu a liberação da verba que patrocinou o encontro. Caso os líderes não o informem em uma semana, o senador pretende apresentar requerimento ao governo solicitando o nome.

– Fizemos muito esforço no Congresso para aprovar o Fundo da Pobreza, inclusive com o apoio do PT. Mas é perverso demais desviar esses recursos para outras finalidades – afirmou o senador.

## Mercadante reage dizendo que política pública serve a todos

O líder governista no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu o patrocínio público a eventos promovidos por entidades sociais. Ele rebateu acusações do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de que o governo estaria utilizando indevidamente recursos do Fundo de Combate à Pobreza, financiando, por exemplo, encontros de grupos homossexuais.

– O governo deve, sim, patrocinar encontros de todos os setores da sociedade. Os homossexuais têm o direito de se reunir à luz do dia,

com o apoio das políticas públicas. Isso significa conviver com a diferença. O preconceito não deve ser incentivado, nem mesmo na ironia – disse o senador, explicando que os recursos do fundo nunca foram vinculados a uma só finalidade, apesar de ele, pessoalmente, ser favorável a essa vinculação.

Mercadante lembrou que os investimentos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome são da ordem de R\$ 17 bilhões, valor cinco vezes maior que o do Fundo de Combate à Pobreza.



**DEFESA** Homossexuais têm direito de se reunir "à luz do dia", afirma Mercadante

O senador também defendeu a política econômica do governo. Ele lembrou que, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, a dívida pública passou de 34% para 61% do produto interno bruto (PIB).

## Alvaro condena aumento da publicidade oficial

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem o anúncio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que será feito um esforço de propaganda dos programas sociais de seu governo. Ele classificou a iniciativa como uma estratégia do Palácio do Planalto visando utilizar a propaganda para reverter "a performance desastrosa" dos programas sociais.



**FIASCO** Alvaro: governo quer reverter desastre de programas com propaganda

– A pirotecnia, o *marketing* e os efeitos especiais do mago Duda Mendonça vão estar, mais uma vez, a serviço do atual governo.

Quando o presidente fez esse anúncio, imaginei que o governo estivesse, agora no ano de 2005, investindo muito mais do que em 2004. Fui buscar os números oficiais no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e constatei o contrário.

Segundo o senador, nem mesmo o Fome Zero, a principal iniciativa do governo na área social, escapou dos constantes cortes no Orçamento. Alvaro Dias informou que mais da metade das ações que integram o programa não teve um real sequer liberado.



**LIMITE** Sociedades muito desiguais não conseguem avançar, alerta Papaléo

## Desafio são as desigualdades, diz Papaléo

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) afirmou ontem que o Brasil deve "enfrentar aberta e diretamente" a questão das desigualdades sociais. Para o parlamentar, o racismo, que afeta sobretudo negros e índios, agrava o já intolerável grau de desigualdade na sociedade brasileira.

Durante muito tempo, disse ele, acreditou-se que seria possível alcançar o desenvolvimento sem lidar frontalmente com o problema. O importante era crescer.

– Perdemos essas ilusões. O crescimento, por si só, não é suficiente para eliminar as desigualdades. Ao contrário, pode até agravá-las e, assim, o ciclo de crescimento fatalmente morre – declarou.

Papaléo lembrou que mais de 380 dos 500 anos da história do Brasil foram marcados por algum tipo de escravidão – primeiro, dos indígenas, depois, dos africanos. E lamentou que, nos 120 anos em que a prática foi abandonada, pouco ou nada foi feito para facilitar a inclusão daqueles que, "quando escravos, eram excluídos e, uma vez livres, continuaram a sê-lo".

O senador saudou o fato de 2005 ter sido instituído pelo governo como o Ano Nacional da Promoção da Igualdade Racial, e lembrou que um dos pontos altos será a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em Brasília, de 30 de junho a 2 de julho.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou Papaléo Paes pelo seu pronunciamento.

## César Borges defende recursos do BNDES para regiões mais pobres

O senador César Borges (PFL-BA) defendeu a aprovação, pela Câmara, de projeto que tramita naquela Casa, já aprovado no Senado, que reserva investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as regiões mais pobres. O senador lembrou que a proposta (PL 2.812/03) prevê que 35% dos re-

ursos liberados beneficiem o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste.

– O Nordeste detém 30% da população brasileira, mas só recebeu 7% dos recursos do BNDES no ano passado, enquanto as regiões Sul e Sudeste receberam 83%. O banco deveria fomentar o desenvolvimento e combater as desigualdades sociais,

ao invés de aprofundá-las. Essas desigualdades são uma consequência das desigualdades regionais – declarou o senador baiano.

César Borges afirmou que o projeto foi enviado ao relator na Câmara, Zezéu Ribeiro (PT-BA), em junho de 2004, mas "até hoje o deputado não apresentou seu parecer". O senador

avalia que o deputado estaria protelando a entrega do relatório por orientação do governo federal.

– Zezéu Ribeiro é um parlamentar cuja trajetória política merece todo respeito, mas dessa vez recebeu de seu partido uma tarefa que contraria, de forma flagrante, os anseios do povo nordestino – criticou.



**FOCO** Sul e Sudeste, segundo Borges, concentram 83% dos investimentos do banco

Célio Azevedo



**EDUCAÇÃO** Camata defende criação de universidade e de escola técnica em seu estado

## Aprovadas instituições de ensino no ES

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem dois projetos do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que autorizam o governo federal a criar instituições de ensino no Espírito Santo: a Escola Técnica Federal do Petróleo de Cachoeiro do Itapemirim e a Universidade Federal de São Mateus, no interior do estado. Ambos os projetos são terminativos. Os senadores destacaram a importância do ensino técnico para suprir lacunas na preparação de mão-de-obra.

Foi aprovado ainda substitutivo da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), relativo ao PLS 228/04, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que dá nomes a subtrechos da BR-101, na parte em que a rodovia cruza Sergipe. A BR-101 continua se chamando Mário Covas, em sua totalidade, mas os trechos da rodovia em Sergipe ficam denominados Rodovia Ensaísta Silvio Romero; Filósofo Tobias Barreto; Escritor Gilberto Amado e Escritor Manoel Bonfim.

Acolhida também a inclusão de membros do Programa de Educação Tutorial (Cenapet) e da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) para participarem de audiência que discutirá a reforma universitária.

Dois pareceres pela rejeição de projetos foram aprovados. Um deles, do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), é contrário ao PLS 291/04, do senador Valmir Amaral (PMDB-DF), que substituiria o ramo de fumo florido das armas nacionais pela planta da cana-de-açúcar. O outro é o PLS 66/03, do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que criaria a Comissão de Engenharia e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Senado.

# Degradação urbana matou crianças índias, diz Nilmário

■ Ministro afirma que falta de saneamento e poluição dos rios foram responsáveis pelas mortes em Dourados (MS)

O ministro-chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, disse ontem, em depoimento à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que a degradação urbana resultante da falta de saneamento básico e a poluição dos rios, entre outros, são os principais problemas enfrentados por cerca de 11 mil índios que vivem na cidade de Dourados, em Mato Grosso do Sul (MS). Esses fatores foram responsáveis pela morte de 21 crianças indígenas por desnutrição.

Nilmário Miranda informou que o governo vem tomando uma série de providências para melhorar a situação dos índios, com ações na



**PROMESSA** Nilmário Miranda (E) anuncia que demarcações serão concluídas até 2006

área médica que envolvem suplementação alimentar para 2.319 crianças que estão desnutridas.

O ministro reconheceu que a situação fundiária de Dourados "é complicada", já que os índios vivem em área urbana. Ele anunciou que o governo irá concluir, até o final de 2006, todas as demarcações de terras indígenas.

João Capiberibe (PSB-AP) defendeu a ida a Dourados de uma

## Mozarildo tentará impedir demarcação de reserva em RR

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou ontem decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 14 de abril, julgando prejudicadas as ações interpostas contra a criação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Para Mozarildo, o STF baseou-se em informações incorretas fornecidas pelo Ministério da Justiça. Ele anunciou a apresentação de decreto legislativo que visa sustar a demarcação da reserva.

A reserva se estende por mais de 1,7 milhão de hectares, e sua posse pertence agora aos grupos indígenas Ingarikó, Makuxi, Taurepang, Wapixana e Patamona.

## Audiência em Foz do Iguaçu vai discutir brasiguaios

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza na sexta-feira, em Foz do Iguaçu (PR), audiência pública para debater o agravamento da situação dos brasileiros que residem no Paraná e trabalham em Ciudad del Este, no Paraguai. O requerimento para a realização da reunião é dos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Como expositores, foram convidados o embaixador do Brasil no

Paraguai, Walter Pecky Moreira; o governador do Departamento do Alto Paraná, Gustavo Cardozo; o prefeito de Foz do Iguaçu, Paulo Mac Donald Ghisi; o representante dos brasiguaios, Harry Daijó; o presidente da Cámara Paraguaya de Exportadores de Cereales y Oleaginosas (Capeco), César Jure Yunis; e o presidente da Coordenadora Agrícola del Paraguay, Héctor Cristaldo.

Em um ano, os colonos que vivem na região deverão ser transferidos. Moradores e fazendeiros tentaram contestar judicialmente a Portaria 820 do Ministério da Justiça, que criava a reserva. No entanto, o STF alegou que não poderia julgar essas ações por "perda de objeto", uma vez que nova portaria, de nº 534, alterava a anterior.

– O Supremo foi induzido a erro por uma informação do ministro da Justiça – argumentou Mozarildo, explicando que a Portaria 534 foi publicada em 15 de abril, ou seja, um dia depois da decisão do STF, que poderia ter julgado as ações referentes à Portaria 820.

A audiência pública será no audi-

comissão de senadores para analisar a questão de perto. Segundo o subprocurador-geral da República, Eugênio José Guilherme de Aragão, que também participou da audiência, os problemas enfrentados pelos índios brasileiros só serão amenizados com a criação de um conselho nacional de política indigenista, cujo principal objetivo seria unificar o atendimento à população indígena.

Gerálito Magela



**REAÇÃO** Mozarildo diz que STF foi induzido por erro cometido pelo governo

O senador disse que a criação da reserva contraria as recomendações do Congresso. E acrescentou que a Justiça de Roraima havia concluído que a Portaria 820 estava "contaminada por vícios".

– O presidente da República cometeu uma injustiça com Roraima criando a Raposa/Serra do Sol – afirmou Mozarildo.

tório do Hotel Rafain Palace, em Foz do Iguaçu, a partir das 10h.

A CRE realiza outra audiência pública na quinta-feira, às 11h, para discutir as Metas do Milênio, com o economista norte-americano Jeffrey Sachs, diretor do Projeto do Milênio das Nações Unidas e assessor especial do secretário-geral para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).



**DÍVIDAS** Heráclito quer explicações dos ministros sobre a Política de Céu Aberto

## Crise da aviação vai a debate

O vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, e o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, comparecerão a reunião conjunta das comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) amanhã, às 10h, conforme requerimento aprovado ontem pela CI. De autoria do senador Heráclito Fortes (PFL-PI), o documento, que já havia sido acolhido na CDR, convida os ministros para discutirem a grave situação financeira das empresas aéreas, bem como programas de turismo e a Política de Céu Aberto.

Para Heráclito, a crise financeira em que se encontram as companhias aéreas no país decorre basicamente do aumento de custos e do excesso de endividamento que desorganizam financeiramente essas empresas.

O senador considera importante que os ministros expliquem aos membros das comissões a possível implementação da Política de Céu Aberto, que permitirá que as companhias estrangeiras possam pousar em aeroportos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura também aprovou dois requerimentos do senador Delcídio Amaral (PT-MS) em que convida a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e o ministro das Cidades, Olívio Dutra, para audiências públicas. A ministra discutirá projeto que propõe a adoção do horário brasileiro de verão para todo o território nacional. A proposta para condicionar a pavimentação urbana à prévia implantação das redes de infraestrutura urbana básica será o tema de Olívio Dutra. Ainda não foram determinadas as datas das audiências públicas.